

Superior Tribunal de Justiça

HABEAS CORPUS Nº 537.480 - SP (2019/0298051-0)

RELATOR : MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK
IMPETRANTE : ALESSANDRA MARTINS GONCALVES JIRARDI
ADVOGADO : ALESSANDRA MARTINS GONCALVES JIRARDI - SP320762
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : MARCOS ROBERTO FIDALGO DOS SANTOS (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em benefício de MARCOS ROBERTO FIDALGO DOS SANTOS, contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (HC n. 0029167-04.2019.826.0000).

Extraí-se dos autos que o paciente foi preso em flagrante em 13/7/2019 por ter supostamente praticado o delito tipificado no art. 33, *caput*, da Lei n. 11.343/06 (tráfico de entorpecentes). Referida custódia foi convertida em prisão preventiva.

Irresignada, a defesa impetrou *habeas corpus* perante o Tribunal de origem, o qual denegou a ordem nos termos do aresto acostado às fls. 21/24 dos autos.

No presente *mandamus*, sustenta que o paciente é pai de uma criança deficiente de apenas 9 anos de idade e indispensável aos cuidados do infante. Ressalta suas condições pessoais favoráveis e afirma preencher os requisitos para conversão da prisão preventiva em domiciliar, nos termos do art. 318, inciso III, do CPP.

Destaca o precedente firmado pela Suprema Corte por ocasião do julgamento do HC coletivo n. 143.641/SP, o qual impõe o interesse das crianças como imperativo constitucional.

Alega, ainda, ausência dos requisitos autorizadores da custódia cautelar previstos no art. 312 do Código de Processo Penal e invoca o princípio da presunção de inocência.

Pugna, assim, em liminar e no mérito, pela expedição de alvará de soltura, se for o caso com aplicação de medidas cautelares alternativas, nos termos do art. 319 do Código de Processo Penal ou a conversão da prisão preventiva em domiciliar.

É o relatório.

Decido.

Diante da hipótese de *habeas corpus* substitutivo de recurso próprio, a

Superior Tribunal de Justiça

impetração sequer deveria ser conhecida segundo orientação jurisprudencial do Supremo Tribunal Federal e do próprio Superior Tribunal de Justiça. Contudo, considerando as alegações expostas na inicial, razoável o processamento do feito para verificar a existência de eventual constrangimento ilegal.

No caso, ao menos em juízo perfunctório, não é possível identificar de plano o constrangimento ilegal aventado ou, ainda, a presença do *fumus boni iuris* e do *periculum in mora*, elementos autorizadores para a concessão da tutela de urgência.

Confundindo-se com o mérito, a pretensão deve ser submetida à análise do órgão colegiado, oportunidade na qual poderá ser feito exame aprofundado das alegações relatadas após manifestação do *Parquet*.

Por tais razões, **indefiro o pedido de liminar.**

Oficie-se à autoridade coatora, bem como ao juízo de primeiro grau a fim de solicitar-lhes as informações pertinentes, a serem prestadas, preferencialmente, por meio eletrônico, e o envio de senha para acesso ao processo no *site* do Tribunal, se for o caso.

Após, encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal para parecer.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília, 03 de outubro de 2019.

MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK

Relator